

**A SEMANA – 199\***

22 de março de 1896

Se todos quantos empunham uma pena, não estão a esta hora tomando notas e coligindo documentos sobre a história desta cidade, não sabem o que são cinquenta contos de réis. Uma lei municipal, votada esta semana, destina “ao historiador que escrever a história completa do Distrito Federal desde os tempos coloniais até a presente época”, aquela valiosa quantia.<sup>1</sup> O prazo para compor a obra é de cinco anos. O julgamento será confiado a pessoas competentes, a juízo do prefeito.

Não serei eu que maldiga de um ato que põe em relevo o amor da cidade e o apreço das letras. Os historiadores não andam tão fartos, que desdenhem dos proveitos que ora lhes oferecem, nem os legisladores são tão generosos, que lhes deem todos os dias um prêmio deste vulto. Se todas as capitais da República e algumas cidades ricas concederem igual quantia a quem lhes escrever as memórias, e se o Congresso Federal fizer a mesma coisa em relação ao Brasil, mas por preço naturalmente maior, – digamos quinhentos contos de réis, – a profissão de historiador vai primar sobre muitas outras deste país.

Há só dois pontos em que a recente lei me parece defeituosa. O primeiro é o prazo de cinco anos, que acho longo, em vista do preço. Quando um homem se põe a escrever uma história, sem estar com o olho no dinheiro, mas por simples amor da

---

\* Esta edição foi preparada a partir da consulta às seguintes fontes: GN (ano XXII, n. 82, p. 1, 22 mar. 1896), SEMMA (p. 301-304) e SEM1953 (v. 3, p. 134-138). Texto-base: GN. Editor: Gilson Santos. Revisor: José Américo Miranda.

<sup>1</sup> Na *Gazeta de Notícias* do dia 21 de março (ano XXII, n. 81, p. 1, col. 7) está publicada a seguinte resolução do conselho municipal: “O prefeito do Distrito Federal sancionou as resoluções do conselho municipal: ‘Art. 1.º Fica instituído pela municipalidade o prêmio de cinquenta contos de réis (50:000) para o historiador que escrever a história completa do Distrito Federal desde os tempos coloniais até a presente época. / Art. 2.º Para julgamento do mérito do trabalho histórico, será nomeada uma comissão de pessoas competentes a juízo do poder executivo. / Art. 3.º É fixado o prazo de cinco anos para a execução desta lei.’”

verdade e do estilo, é natural que despenda cinco anos ou mais no trabalho; mas cinquenta contos de réis excluem qualquer outro ofício, mal dão seis horas de sono por dia, de maneira que, em dois anos, está a obra acabada e copiada. Muito antes do fim do século podem ter os cariocas a sua história pronta, substituindo as memórias do padre Perereca e outras.<sup>2</sup>

O segundo ponto que me parece defeituoso na lei, é que a competência das pessoas que houverem de julgar a obra, dependa do juízo do prefeito. Nós não sabemos quem será o prefeito daqui a cinco anos; pode ser um droguista, e há duas espécies de droguistas, uns que conhecem da competência literária dos críticos, outros que não.<sup>3</sup> Suponhamos que o eleito é da segunda espécie. Que pessoas escolherá ele para dizer dos méritos da composição? Os seus ajudantes de laboratório?

Eu, se fosse intendente, calculando que a história do Distrito Federal podia esperar ainda dois ou três anos, proporia outro fim a uma parte dos contos de réis. Tem-se escrito muito ultimamente acerca do padre José Maurício, cujas composições, apesar de louvadas desde meio século e mais, estão sendo devoradas pelas traças.<sup>4</sup> Houve ideia de catalogá-las, repará-las e restaurá-las, e foi citado o nome do Sr. Alberto Nepomuceno como podendo incumbir-se de tal trabalho. Este maestro, em carta que a *Gazeta* inseriu quinta-feira, lembrou um alvitre que “torna a propaganda mais prática, *sem nada perder da sua sentimentalidade atual*, e põe ao alcance de todos as produções do genial compositor”. O Sr. Nepomuceno desengana que haja editor disposto a imprimir tais obras de graça, empatando, sem esperança de lucro, uma soma não inferior a quarenta contos. A concessão da propriedade é um presente de gregos. O alvitre que propõe, é reduzir para órgão o acompanhamento orquestral das diversas composições e publicá-las. Custaria isto dez contos de réis.<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> As *Memórias para servir à história do Reino do Brasil* (1821), de Luís Gonçalves dos Santos (1767-1844), conhecido como padre Perereca, são “um relato cronológico das atividades políticas, diplomáticas e cerimoniais de D. João VI no Brasil.” (<<https://machadodeassis.net/texto/casa-velha/57705>>) Esse padre é mencionado, junto com as *Memórias*, no romance *Casa velha* (2008, v. 3, p. 190).

<sup>3</sup> não.] não, – em GN.

<sup>4</sup> Padre José Maurício Nunes Garcia (1767-1830), compositor e maestro, multiinstrumentista. Machado de Assis o mencionou na crônica de 29 de outubro de 1884 da série “Balas de Estalo”.

<sup>5</sup> A carta do compositor e pianista Alberto Nepomuceno (1864-1920) a Luís de Castro (1863-1920), intitulada JOSÉ MAURÍCIO, foi publicada na *Gazeta de Notícias* de 19 de março de 1896 (ano XXII, n. 79, p. 2, col. 5). Luís de Castro dirigiu a peça *Não consultes médico*, de Machado de Assis, em sua (da obra) primeira apresentação, em 1º de novembro de 1896. (MACHADO, 2021, p. 126) Para mais informações sobre o jornalista, ver nota 7, de John Gledson, em “A Semana – 177”. (*Machadiana Eletrônica*, v. 4, n. 8, p. 253-259, jul.-dez. 2021) Informações detalhadas sobre a recuperação das obras de José Maurício Nunes Garcia podem ser encontradas em FIGUEIREDO, 2005, p. 758-765.

Ora, se o Distrito Federal quisesse divulgar as obras de José Maurício, empregaria nelas os dez contos do método Nepomuceno, ou os quarenta, se lhe<sup>6</sup> desse na cabeça imprimir as obras todas, integralmente. Em ambos os casos ficaríamos esperando o historiador do distrito, salvo se houvesse homem capaz de escrever a história por dez ou ainda por quarenta contos; coisa que me não parece impossível.

Um dos que têm tratado ultimamente das obras e da pessoa do padre, é o visconde de Taunay. A competência deste, unida ao seu patriotismo, dá aos escritos que ora publica na *Revista Brasileira*, muito valor; é uma nova cruzada que se levanta, como a do tempo de Porto-Alegre.<sup>7</sup> Se não ficar no papel, como a de outrora, dever-se-á a Taunay uma boa parte do resultado.

Outro que também está revivendo matéria do passado, na *Revista Brasileira*, é Joaquim Nabuco.<sup>8</sup> Conta a vida de seu ilustre pai, não à maneira seca das biografias de almanaque, mas pelo estilo dos ensaios ingleses. Deixe-me dizer-lhe, pois que trato da semana, que o seu juízo da revolução praieira, vindo no último número, me pareceu excelente. Não traz aquele cheiro partidário, que sufoca os leitores meramente curiosos, como eu. A mais completa prova da isenção do espírito de Nabuco está na maneira por que funde os dois retratos de Tosta, feitos a pincel partidário, um por Urbano, outro por Figueira de Melo.<sup>9</sup> Cheguei a ver Urbano, em 1860; vi Tosta, ainda robusto, então ministro, dizendo em aparte a um senador da oposição que lhe anunciava a queda do

---

<sup>6</sup> lhe] lhes – em SEM1953.

<sup>7</sup> Alfredo Maria Adriano d'Escagnolle Taunay (1843-1899), escritor e político brasileiro, publicou uma série de textos sobre o padre José Maurício na *Revista Brasileira* (ano II, t. V, p. 96-102, p. 235-243, e p. 375-385, janeiro a março de 1896; e ano II, t. VIII, p. 72-91 e p. 196-211, outubro a dezembro de 1896). Manuel José de Araújo Porto-Alegre (1806-1879): poeta, pintor, professor, jornalista, diplomata e teatrólogo. No Rio de Janeiro, desenvolveu intensa atividade artística e literária, colaborou com Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882) na criação da revista *Niterói* (1836) e fundou com Joaquim Manuel de Macedo e com Gonçalves Dias a revista *Guanabara* (1849), periódico romântico. Além disso, Porto-Alegre escreveu artigos, biografias, estudos políticos e poesias.

<sup>8</sup> Joaquim Nabuco (1849-1910) publicou na *Revista Brasileira* parte da biografia de seu pai – *Um estadista do Império*. (*Revista Brasileira*, ano I, t. III, p. 129-140, p. 229-244 e p. 338-351, julho a setembro de 1895; ano I, t. IV, p. 204-214, outubro a dezembro de 1895; ano II, t. VIII, p. 153-168 e p. 353-364, outubro a dezembro de 1896)

<sup>9</sup> Manuel Vieira Tosta (1807-1896), barão de Muritiba, foi um político brasileiro (ver, também, nota 11). Durante a Revolução Praieira (Pernambuco, 1848-1850), de caráter liberal e federalista, Tosta foi nomeado presidente desta Província e permaneceu no cargo de 1848 a 1849. Urbano Sabino Pessoa de Melo (1811-1870) é autor de uma *Apreciação de uma revolução praieira em Pernambuco* (1849). Jerônimo Martiniano Figueira de Melo (1809-1878), por sua vez, escreveu a *Crônica da rebelião praieira em 1848 e 1849*, publicada em 1850. Joaquim Nabuco diz: “A história da revolta praieira foi escrita, dos dois pontos de vista opostos, por Urbano, o *leader* parlamentar da Praia, e Figueira de Melo, o chefe de polícia da época.” (Um estadista do Império. *Revista Brasileira*, ano II, t. VIII, p. 355, out.-dez. 1896)

gabinete: “Havemos de<sup>10</sup> sair, não havemos de cair!”<sup>11</sup> Nesta<sup>12</sup> única palavra sentia-se o varão forte de 1848.<sup>13</sup> Quanto a Nunes Machado,<sup>14</sup> trazia-o de cor, desde menino, sem nunca o ter visto: é que o retrato dele andava em toda parte. De Pedro Ivo não conhecia as feições, mas conhecia os belos versos de Álvares de Azevedo,<sup>15</sup> onde os rapazinhos do meu tempo aprendiam a derrubar<sup>16</sup> (de cabeça) todas as tiranias.



---

<sup>10</sup> de] da – em GN.

<sup>11</sup> Não localizamos a situação em que essas palavras foram pronunciadas. Manuel Vieira Tosta, barão de Muritiba, foi ministro da Guerra e da Justiça no gabinete de Joaquim José Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí. Esse gabinete foi constituído em julho de 1868, caindo o gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcelos. A queda do gabinete Itaboraí ocorreu em setembro de 1870. Nas “Badaladas do Dr. Semana”, da *Revista Ilustrada* (ano XII, n. 586, p. 4682) de 3 de março de 1872, há o seguinte relato: “Há anos, um senador, ministro creio que da justiça, dizendo-lhe o finado D. Manuel na tribuna: / – Hão de cair, Srs. ministros! / Respondeu: / – Não havemos de cair; havemos de sair. / Queria ele dizer na sua que um ministro não é pessoa que se deite abaixo como qualquer marmelo ou cambucá. Um ministro sai, retira-se, vai tomar fresco, etc., tudo o que se pode fazer com dignidade: não cai.”

<sup>12</sup> Nesta] Neste – em GN e em SEMMA. Acatamos a lição de Aurélio.

<sup>13</sup> Em 1848, Tosta foi ministro da Guerra e, também, da Marinha. Em 1858, foi ministro da Justiça. Em 1868, foi ministro da Justiça, e, também, da Guerra. (Cf. GALVÃO, 1894, p. 24-29)

<sup>14</sup> Francisco Nunes Machado (1809-1849), líder da Revolução Praieira, morreu aos trinta anos, durante um ataque ao Recife.

<sup>15</sup> Pedro Ivo Veloso da Silveira (1811-1852), militar e líder da Revolução Praieira. Álvares de Azevedo (2000, p. 304-306) compôs um poema – “Pedro Ivo” – em sua homenagem.

<sup>16</sup> A partir deste ponto o texto, na reprodução fac-similar da Hemeroteca Digital, está ilegível. Adotamos a lição de Aurélio Buarque de Holanda.



**José Maurício Nunes Garcia**  
FONTE: <https://bit.ly/2HcHzVk>

### **Lista das abreviaturas empregadas nesta edição**

GN – *Gazeta de Notícias*.

SEMMA – *A Semana*, edição Mário de Alencar, 1922.

SEM1953 – *A Semana*, edição W. M. Jackson, 1953, 3v.

## Referências

ASSIS, Machado de. A Semana. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XXII, n. 82, p. 1, 22 mar. 1896. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730\\_03&pagfis=13855](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730_03&pagfis=13855)>.

ASSIS, Machado de. *A Semana*. Edição coligida por Mário de Alencar. Rio de Janeiro: Garnier, 1922.

ASSIS, Machado de. *A Semana*. Revisão crítica e notas de Aurélio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Jackson, 1953. v. 3 (1895-1900).

ASSIS, Machado de. *Correspondência de Machado de Assis com Magalhães de Azeredo*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

ASSIS, Machado de. *A Semana*. Introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996.

ASSIS, Machado de. *Obra completa em quatro volumes*. (Org.) Aloizio Leite, Ana Lima Cecilio, Heloísa Jahn. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. 2008. 4v.

ASSIS, Machado de. A Semana. *Machadiana Eletrônica*, Vitória, v. 1, n. 2, jul.-dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/machadiana/issue/view/867>>.

ASSIS, Machado de. A Semana. *Machadiana Eletrônica*, Vitória, v. 4, n. 8, jul.-dez. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/machadiana/issue/view/993>>.

AZEVEDO, Álvares de. *Obra completa*. Organização: Alexei Bueno; textos críticos: Jaci Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.

FIGUEIREDO, Carlos Alberto. As edições de obras sacras de José Maurício Nunes Garcia. *Anais do XV Congresso da ANPPOM* [Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música], p. 758-765, 2005. Disponível em: <[https://antigo.anppom.com.br/anais/anaiscongresso\\_anppom\\_2005/sessao14/carlos\\_a\\_figueiredo.pdf](https://antigo.anppom.com.br/anais/anaiscongresso_anppom_2005/sessao14/carlos_a_figueiredo.pdf)>.

GALVÃO, Miguel Arcanjo. *Relação dos cidadãos que tomaram parte no governo do Brasil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179478>>.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MACHADO, Ubiratan. *Dicionário de Machado de Assis*. 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2021.

MELO, Jerônimo Martiniano Figueira de. *Crônica da Rebelião Praieira em 1848 e 1849*. Rio de Janeiro: Tipografia do Brasil de J. J. da Rocha, 1850.

MELO, Urbano Sabino Pessoa de. *Apreciação de uma revolução praieira em Pernambuco*. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil de Rodrigues, 1849.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império: Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua época*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899.

SANTOS, Luís Gonçalves dos (padre Perereca). *Memórias para servir à história do Reino do Brasil* (1821). Brasília: Senado Federal, 2013.

VOCABULÁRIO ortográfico da língua portuguesa. 5. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>>.